

OS (DES)ENCONTROS DA FÉ – ANÁLISE INTERDISCURSIVA DE DOIS MOVIMENTOS DA IGREJA CATÓLICA¹

Edvania Gomes da SILVA²

RESUMO: Este trabalho tem como principal objetivo analisar a relação interdiscursiva que constitui e atravessa dois movimentos religiosos da Igreja Católica: Teologia da Libertação e Renovação Carismática Católica. Para tanto, apresenta-se um estudo da semântica global desses dois posicionamentos e procura-se verificar como se constitui o espaço de trocas (interdiscurso) que antecede a gênese dos discursos da TL e da RCC.

ABSTRACT: The main objective of this work is to analyze the interdiscursive relation that constitutes and traverses two religious movements of the Roman Catholic Church: Theology of Liberation (TL) and Catholic Charismatic Renovation (CCR). Thus, it presents a study of the global semantics of these two positions and it tries to verify how the space of exchanges (interdiscourse) that precedes the genesis of the discourses of TL and CCR is constituted.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho, procuro analisar a relação interdiscursiva que constitui e atravessa dois movimentos religiosos da Igreja Católica: Teologia da Libertação (TL) e Renovação Carismática Católica (RCC). Com base na relação entre os diferentes planos do discurso, busco verificar como se constitui o espaço de trocas (interdiscurso) que antecede a gênese dos discursos da TL e da RCC. O eixo central das discussões deste trabalho se situa na noção de *semântica global*, proposta por Maingueneau (1984), segundo a qual todos os planos do discurso estão integrados e contribuem para a constituição de um *corpo discursivo*. O *corpus* da pesquisa é formado por diferentes gêneros que constituem a prática interdiscursiva dos dois posicionamentos estudados.

A metodologia utilizada para analisar os dados da TL e da RCC está baseada no *paradigma indiciário*. Esse paradigma é um *modelo epistemológico*, atualmente utilizado em muitas pesquisas qualitativas, que, segundo Ginzburg (1986) emergiu no âmbito das ciências humanas no final do século XIX. Ele tem sido responsável, principalmente ao longo dos últimos dois séculos, por uma verdadeira transformação no *olhar* do pesquisador. Antes de estabelecerem o paradigma indiciário como método de análise, as pesquisas em ciências humanas buscavam como modelo as análises realizadas pelas ciências ditas naturais e primavam pela observação do geral, a fim de

¹ Texto resultante da Tese de Doutorado, apresentada ao curso de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no dia 18 de dezembro de 2006, sob a orientação do Prof. Dr. Sírio Possenti.

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

alcançar uma totalidade. Hoje, com base na observação dos indícios, muitos estudiosos procuram analisar não o *universo* e toda sua amplitude, mas o detalhe, o dado aparentemente insignificante, buscando, através dessas análises, chegarem a afirmações mais gerais. Nesse sentido, o paradigma indiciário é inovador como método investigativo não apenas pelo fato de dar relevo a dados pouco visíveis, mas, principalmente, por ver nesses dados *sinais* de grandes descobertas.

2. DAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO À POLÊMICA CONSTITUTIVA

Neste tópico, procuro analisar a constituição histórica da Teologia da Libertação e da Renovação Carismática Católica. Trata-se de verificar de que forma esses dois movimentos estão relacionados com a história da Igreja Católica Romana. Não se trata de um relato linear dos dois posicionamentos analisados, pois não acredito que este tipo de apresentação possa contribuir, de fato, com o desenvolvimento do trabalho. Por isso, não farei uma análise cronológica e/ou sociológica da TL e da RCC. Na verdade, o interesse na constituição dessas duas formas de catolicismo está intimamente relacionado à análise de suas respectivas semânticas globais, pois é esse o principal objetivo deste trabalho. Tratar, mesmo que brevemente, da história da Renovação Carismática e da Teologia da Libertação, permite explicitar melhor a relação interdiscursiva que constitui essas duas formas de “ser igreja”.

A Teologia da Libertação é um movimento que surgiu na Igreja Católica no final da década de sessenta. De acordo com Andrade (1991), apesar de só ter se efetivado como movimento em 1971, a TL começou a se desenvolver na primeira metade da década de 1960, mais especificamente, em 1964. Nesse ano, foi realizada a primeira reunião de teólogos latino-americanos com objetivo de elaborar uma teologia própria. Entretanto, o termo *libertação* só foi incluído em 1970, em Bogotá, quando da realização do primeiro congresso da TL, com o tema: *Teologia da Libertação: opção da Teologia latino-americana na década de 70* (cf. Andrade, 1991:57). Logo em seguida, no ano de 1971, foi publicado, em Lima (Peru), o livro de Gustavo Gutiérrez, *Teologia da Libertação – perspectivas*. Esta obra foi considerada, pelos próprios teólogos da libertação, o marco inaugural do movimento. O desenvolvimento da TL ocorreu principalmente na América Latina, atingindo pouco, ou quase nada, os demais continentes. As origens da TL, segundo Soares (2000), estão nos movimentos de esquerda que, a partir dos anos sessenta, começaram a surgir na América Latina. Além desses movimentos e da Revolução Cubana de 1959, também a Igreja Católica francesa e suas posições de esquerda favoreceram o surgimento da esquerda católica no continente latino-americano. De acordo com Löwy e García-Ruiz (1997), o pensamento da esquerda católica francesa levou o catolicismo latino-americano a desenvolver uma forte crítica ao sistema capitalista, considerado, por muitos intelectuais e religiosos franceses, como um sistema intrinsecamente perverso. Nesse sentido, a TL já surge como um movimento religioso que mantém uma forte ligação com questões políticas e sociais.

Por outro lado, a Renovação Carismática Católica é um movimento que surgiu no final da década de sessenta, nos Estados Unidos. A história da RCC está bastante ligada ao protestantismo evangélico, principalmente às igrejas pentecostais e neopentecostais. Devido à sua relação com o pentecostalismo, a RCC não pode ser considerada um movimento conservador. Afinal, a Igreja Conservadora destaca-se por valorizar os ritos tradicionais e, conseqüentemente, por não aceitar, facilmente, mudanças na prática do catolicismo. Para os conservadores, qualquer “reforma” na Igreja deve ser cuidadosamente analisada, pois eles não são muito afeitos a reformulações. Entretanto, apesar de não poder ser considerado um movimento da Igreja Conservadora, a RCC recebeu muitos incentivos, ao menos nos primeiros anos de seu surgimento, dos bispos e dos padres contrários ao progressismo pregado pela Teologia da Libertação. Na verdade, a reforma proposta pelo Vaticano II foi interpretada de forma diferente pelos dois grandes grupos da Igreja Católica: os progressistas e os conservadores. Para os defensores de uma igreja mais ligada às questões sociais, o Concílio foi visto como o *despertar da Igreja para realidade dos pobres e dos oprimidos* (cf. Boff, 1980). Mas, para aqueles que desejavam que a igreja continuasse sua “caminhada espiritual” sem se envolver com problemas políticos e/ou ideológicos, as reformas do Vaticano II serviram para reforçar a idéia de um catolicismo místico, voltado para conversão pessoal. Trata-se, nesse caso, da defesa de uma Igreja contemplativa, espiritualizada, para a qual o mais importante é *estar aos pés de Cristo* (cf. Abib, 1995). Os membros da RCC acreditam nessa última interpretação e defendem uma Igreja voltada para o mundo espiritual, para a qual o mais importante é a salvação da alma. Por isso, ao incentivarem o crescimento da RCC, os conservadores estão, na verdade, impedindo que os teólogos da libertação voltem a ter espaço no catolicismo. Ou seja, nem a TL nem a RCC correspondem ao ideal de Igreja dos conservadores, mas, levando-se em conta os limites desse discurso, o posicionamento assumido pela Renovação Carismática oferece menos perigo às propostas da Igreja Conservadora.

2.1. A história da TL e da RCC: uma sucessão de acontecimentos

Ao analisarmos as condições de produção do discurso da TL e da RCC, levando em consideração um estudo baseado na *história serial* (cf. Foucault, 1972), verificamos que esses dois movimentos, além de serem eles mesmos “acontecimentos histórico-discursivos”, surgiram no interior da Igreja Católica a partir da articulação de vários acontecimentos. O Concílio Vaticano II, por exemplo, é um acontecimento que é considerado marco tanto na história da TL quanto na da RCC. Isso só é possível porque, apesar de serem duas formas contrárias de catolicismo, esses dois posicionamentos discursivos partilham de um mesmo espaço no campo discursivo católico. Dessa forma, a polêmica entre eles surge justamente da disputa pela “legitimidade”. No caso do Vaticano II, os dois movimentos (TL e RCC) disputam para saber quem faz a interpretação mais correta das decisões tomadas durante o citado Concílio. Enquanto a Teologia da Libertação defende que o principal objetivo do Vaticano II foi suscitar uma abertura da Igreja Católica para as questões sociais; a Renovação Carismática Católica afirma que o Concílio buscou proporcionar uma (re)abertura dos católicos aos “dons do Espírito Santo”. Mas, independente da interpretação feita por um ou por outro

movimento, o Concílio Vaticano II representou (e ainda representa) um marco na história da Igreja Católica. Trata-se de um acontecimento e como tal possui diversas camadas, que podem ser mais ou menos visíveis. Diria ainda que as diferentes camadas que constituem o Vaticano II são vistas de forma distinta pela TL e pela RCC. Cada um desses posicionamentos destaca (ou confere visibilidade) ao estrato de acontecimento que melhor responde aos condicionamentos de sua semântica global. No caso, por exemplo, da Conferência Latino-americana de Medellín, ela é apontada, pela Teologia da Libertação, como um dos principais “resultados” do Concílio Vaticano II. Entretanto, essa conferência só é vista como um estrato (ou camada) visível do Concílio pelos membros da TL. A Renovação Carismática Católica não trata de Medellín quando aborda o tema do Vaticano II. Isso porque as decisões tomadas nessa conferência reforçam as teses defendidas no interior da semântica da TL e recusam a proposta de cristianismo do movimento carismático. Da mesma forma, os teólogos da libertação parecem “esquecer” [e, de acordo com a teoria dos esquecimentos (Pêcheux & Fuchs, 1975)]³, eles realmente “esquecem”) dos documentos publicados após o Concílio que tratam da suposta *abertura da Igreja ao Espírito Santo*. Ou seja, para a TL, não interessam as discussões, feitas durante o Vaticano II, que dizem respeito, de alguma forma, àquilo que viria a se constituir como “espiritualidade carismática”.

Esses exemplos revelam que a interpretação e a visibilidade conferidas ao estrato de um determinado acontecimento “dependem” da semântica global dos diferentes posicionamentos que estão, em alguma medida, relacionados a esse acontecimento. Nesse sentido, quando Foucault (1972) afirma que existem estratos de acontecimentos que são, em princípio, *imperceptíveis para os contemporâneos*, eu acrescentaria, com base na hipótese da semântica global, que o que torna esses estratos imperceptíveis é a impossibilidade de interpretá-los. Afinal, em um posicionamento, assim como nem tudo pode ser dito, nem tudo pode ser compreendido. Em síntese, a conjuntura sócio-histórica que propiciou o surgimento dos movimentos da Teologia da Libertação e da Renovação Carismática Católica não pode ser dissociada da semântica global desses dois posicionamentos, pois as condições de produção de um discurso também constituem um dos aspectos de sua semântica.

3. CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA NOÇÃO DE INTERDISCURSO

O interdiscurso pode ser definido como uma rede de trocas na qual diferentes discursos se constituem (cf. Maingueneau, 1984). A relação interdiscursiva inicia-se no momento da gênese dos discursos. Eles já “nascem” imbricados em uma relação dialógica. O conceito de interdiscurso, com suas conseqüentes implicações, foi sendo revisto e aprimorado ao longo do desenvolvimento das teorias do discurso.

³ De acordo com Pêcheux e Fuchs (1975), existem dois tipos de esquecimentos. O primeiro é o ideológico (ou esquecimento nº 1), segundo o qual o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, esquece que está sempre retomando sentidos pré-existentes e tem a ilusão de ser a fonte dos sentidos. Já o esquecimento nº 2 diz respeito à chamada *ilusão referencial*. É devido a esse esquecimento que o sujeito consegue elaborar “manobras” interlocutivas por meio das quais reformula seu dizer, acreditando que poderá, assim, conter a deriva do sentido.

A noção de interdiscurso proposta por Maingueneau (1984) insere-se na perspectiva teórica que postula a precedência do Outro sobre o Mesmo. O autor desenvolve, como uma de suas principais hipóteses, o primado do interdiscurso sobre o discurso. Em muitos de seus trabalhos, Maingueneau retoma e reafirma sua concepção interdiscursiva da discursividade (cf. Maingueneau, 1984; 1987; entre outros). De acordo com tal concepção, os discursos já nascem em uma relação constitutivamente dialógica com seu Outro. Não se trata, portanto, de uma relação estabelecida *a posteriori*, ou seja, depois que os discursos já estão constituídos no interior do campo discursivo. Como bem afirma Maingueneau (1984:21), *a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos* (ou posicionamentos) *convenientemente escolhidos*.

Objetivando explicitar melhor a noção de interdiscursividade que permeia seus trabalhos, tornando-a mais operacionalizável, Maingueneau (1984) faz uma distinção entre três instâncias do interdiscurso: *universo, campo e espaço discursivos*. O universo discursivo é definido como *o conjunto de todas as formações discursivas que interagem numa conjuntura dada* (Maingueneau, 1987:116). Esse universo discursivo, por causa de sua abrangência, é de pouca importância para análise das relações entre os discursos. Quanto ao campo discursivo, Maingueneau o define *como um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência* (p.116). Assim, os discursos que pertencem a um mesmo campo estão sempre em relação mais direta, seja essa relação de afrontamento ou de aliança. Os *espaços discursivos* são considerados *subconjuntos de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente para seu propósito* (Maingueneau, 1987:117).

Vale salientar, entretanto, que no atual estágio da teoria deste autor, a noção de Formação Discursiva foi revista. No prefácio que escreveu para a tradução brasileira da obra *Genèses du discours*, Maingueneau reconhece a necessidade de rediscutir alguns pontos da obra e cita, entre esses pontos, *a utilização frouxa da noção de Formação Discursiva*. O autor afirma ainda que hoje utilizaria, preferencialmente, o termo *posicionamento*. Neste trabalho, pretendo aderir a essa nova concepção e, por isso, faz-se necessário propor alguns esclarecimentos no que diz respeito às três instâncias do interdiscurso apresentadas acima.

Para Maingueneau (2005), a Análise de Discurso trabalha com duas unidades fundamentais: a) *unidades tópicas* e b) *unidades não-tópicas*. As unidades tópicas subdividem-se em *unidades dominiais* e *unidades transversas*. As primeiras correspondem aos espaços já predeterminados pelas práticas verbais. Elas englobam os tipos e os gêneros de discurso. As unidades transversas são aquelas que *atravessam o texto realçando os múltiplos gêneros do discurso* (Maingueneau, 2005:10). São, portanto, registros definidos a partir de critérios: a) lingüísticos; b) funcionais; e/ou c) comunicacionais.

Em relação às *unidades não-tópicas*, Maingueneau afirma que elas são, por um lado, “definidas” pelos pesquisadores, independentemente de fronteiras pré-estabelecidas (o que as distingue das unidades dominiais) e, por outro, elas reagrupam os enunciados, inscrevendo-os na história. Nesse sentido, as unidades não tópicas diferenciam-se das transversas. As Formações Discursivas são um tipo de unidade não-tópica. Elas têm suas fronteiras estabelecidas pelos pesquisadores que trabalham com

esse conceito. Tais fronteiras devem ser delimitadas historicamente. O conceito de Formação Discursiva é, ainda segundo o autor, algo bastante complexo (e/ou obscuro) para ser mobilizado na análise sem qualquer tipo de restrição. A Formação Discursiva pretende relacionar critérios empíricos a outros de ordem muito mais conceitual. Por ser delimitada pelo analista, não existe, segundo Maingueneau, nada no mundo “real”, propriamente dito, que comprove a existência dessa ou daquela Formação Discursiva. Além disso, a FD não é o lugar do qual o analista parte, mas o seu ponto de chegada.

Devido a essa releitura da noção de Formação Discursiva, proponho um redimensionamento no conceito de espaço discursivo. Ao invés de definir o espaço discursivo como subconjunto de Formações Discursivas que o analista julga pertinente para análise, proponho defini-lo a partir do próprio interdiscurso. O espaço discursivo será definido como a dimensão do interdiscurso na qual se encontram posicionamentos discursivos que mantêm relações privilegiadas. No caso da relação polêmica, por exemplo, não é o analista que estabelece a oposição, pois os posicionamentos – e conseqüentemente a relação que eles mantêm – existem independentemente de alguém selecioná-los como *corpus* de análise. A função do analista não é “criar” os posicionamentos, mas apenas tentar compreender o que ocorre no interior do interdiscurso para que a polêmica seja estabelecida. Por isso, na análise de dois movimentos que disputam o mesmo espaço discursivo, o mais importante é, justamente, a relação interdiscursiva.

4. INTERDISCURSO, PRÁTICAS E SEMÂNTICA GLOBAL

A partir da análise das principais características do *XXIII Congresso Nacional da Renovação Carismática* e do *XI Intereclesial das CEBs*, pude identificar algumas práticas que se explicam pelo funcionamento interdiscursivo da RCC e da TL.

Para exemplificar a forma como procedi em relação aos dados, analisarei, de forma concisa, dois cartazes publicados por cada um dos movimentos. No *XXIII Congresso Nacional da Renovação Carismática Católica*, realizado em Aparecida do Norte, em julho de 2004, o tema escolhido foi *Levanta-te Brasil, de Joelhos*. Esse tema tinha como símbolo a seguinte figura:

Figura 1



Capa do *Plano de Ação – 2004*, com o símbolo do *XXIII Congresso Nacional da RCC*.

Na figura (1), que constitui a capa do *Plano de Ação – 2004 – RCC – Brasil*, a bandeira brasileira é apresentada, tendo em seu centro o desenho de uma pomba. A pomba é um símbolo bastante utilizado pelo movimento carismático. Ela representa a Efusão no Espírito Santo que ocorreu, segundo o relato bíblico, no dia de Pentecostes. Na parte inferior da bandeira encontra-se a seguinte inscrição: *Renovação Carismática Católica – Brasil*. A bandeira presente no símbolo é e não é a bandeira nacional. No lugar onde deveriam estar as estrelas que representam os Estados da Federação e a inscrição *Ordem e Progresso* há uma pomba, símbolo da RCC. Portanto, não se trata da bandeira brasileira, mas de algo novo, criado a partir de seu “molde”. Há um processo de recriação ou, para De Certeau (1980), uma tática, uma subversão criativa do discurso carismático que se apropria de um dos símbolos nacionais – a bandeira – e o transforma em outra coisa, sem deixar de ser o mesmo, isto é, a Bandeira Nacional.

A escolha do tema e do símbolo do XXIII Congresso Nacional da RCC remete ao funcionamento interdiscursivo do movimento. A Renovação caracteriza-se como um movimento profundamente espiritualizado. Para os carismáticos, ser cristão é “estar aos pés de Cristo” (Cantalamessa, 1993: 23). Eles acreditam que a oração e o louvor tornam o católico um verdadeiro guerreiro de Cristo (cf. Abib, 1995). A frase-tema (LEVANTA-TE BRASIL, DE JOELHOS!), apresentada na forma imperativa, produz um efeito de ordem, mas, ao mesmo tempo de clamor. É a certeza de que está fazendo a vontade de Cristo e de que é o Espírito Santo que fala por ele que dá ao enunciador da RCC a firmeza revelada no seu modo de enunciação.

Vejamos, agora, uma cópia da imagem-símbolo do XI Encontro Intereclesial de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), comunidades que mantêm uma forte relação com o movimento da Teologia da Libertação:

Figura 2



Símbolo do XI Intereclesial das CEBs

Trata-se de um círculo (provavelmente uma peneira, pois este foi um dos principais símbolos do XI Intereclesial) que traz na sua borda uma série de imagens: um trem (símbolo das CEBs), uma mulher segurando uma bandeira com uma pomba (símbolo do Espírito Santo), um homem tocando tambor, um boi, um homem tomando chimarrão e um outro com um chapéu de boiadeiro e tocando flauta, o Palácio do Congresso Nacional, onde estão situados o Senado e a Câmara de Deputados, a bandeira de Minas Gerais, entre outros. Esses desenhos, que aparecem como uma espécie de silhueta, fazem referência à história das CEBs: a presença do Espírito Santo, as diferentes culturas que se reúnem, a preocupação com o social e com a política e, principalmente, as diferentes cidades e regiões por onde o “trem das CEBs” já passou. O sentido de cada imagem é construído a partir de uma cadeia interdiscursiva que refaz toda a trajetória das Comunidades de Base ao longo de seus 30 anos de história. O círculo que se fecha, mas deixa de lado três pontas, como se fosse um laço de fitas, representa a igualdade de condições defendida pelos enunciadores ligados à Teologia da Libertação. No centro da figura, há a imagem de um livro (provavelmente a Bíblia) no qual estão fincados um crucifixo e um mapa da América Latina. O crucifixo é sustentado por duas pessoas, um homem de traços indígenas, que toca uma flauta, e uma mulher negra, com um lenço na cabeça. Ao lado dos dois, há um outro homem, que está tocando um tambor. Ele, assim como a mulher, tem traços da raça negra. Os três estão descalços e de pé sobre a bíblia e olham para parte superior do crucifixo. Eles representam os diferentes povos que formam as nações latino-americanas (negros e índios) e materializam a imagem do pobre e do oprimido, representada pelos pés descalços. Segundo o discurso da TL, essas pessoas representam a *base* da Igreja de Cristo. São eles que, de pés descalços sobre o livro que contém a palavra de Deus e com

os olhos voltados para cruz, constituem a *Igreja do povo de Deus*. Nota-se a omissão da raça branca, que não aparece na figura. Isso se deve ao fato de, no discurso das comunidades de base, os brancos não serem vistos como marginalizados. A figura do centro também apresenta uma série de indícios que dialogam com o discurso da Teologia da Libertação e, principalmente, com o tema do XI Intereclesial: *Espiritualidade Libertadora*. A Bíblia e o crucifixo representam o mundo espiritual e materializam a importância que as comunidades de base atribuem à leitura bíblica e à figura de Jesus Cristo. As três pessoas, que representam o pobre e o marginalizado, e as faixas, presas no crucifixo, fazem referência à relação da Teologia da Libertação e das Comunidades de Base com a realidade sócio-econômica e com a *luta do povo oprimido* (cf. Boff, 1980). Nesse sentido, o símbolo do XI Intereclesial materializa e corrobora o enunciado central do encontro: *A espiritualidade das CEBs deve ser vivida por meio do compromisso com o povo excluído*.

Pelo exposto, pode verificar que as diferentes práticas empreendidas pelos respectivos fiadores de cada um dos posicionamentos analisados são indícios que apontam para certo funcionamento semântico-discursivo. É esse funcionamento que procurarei mostrar no próximo tópico.

5. ELABORAÇÃO DOS DOIS SUBMODELOS SEMÂNTICOS

A relação interdiscursiva que se estabelece entre Teologia da Libertação e Renovação Carismática Católica pode ser representada sob a forma de um modelo semântico. Esse modelo, que resume o espaço discursivo TL/RCC, *estrutura ao mesmo tempo a organização desses dois discursos e suas mudanças* (Maingueneau, 1984:66).

Existem dois eixos centrais que sustentam o espaço discursivo no qual a Renovação Carismática e a Teologia da Libertação polemizam. O primeiro deles está baseado na noção de *cristandade*. Portanto, a primeira oposição que se estabelece entre esses dois posicionamentos é em relação ao sentido de *ser cristão*, pois ambos estão situados no interior do campo religioso cristão. O segundo eixo tem como base o sentido atribuído ao termo *catolicismo*. Trata-se da disputa em torno da expressão *ser católico*. Carismáticos e teólogos da libertação, além de pertencerem ao campo religioso cristão, fazem parte da mesma Igreja Católica Apostólica Romana. Nesse sentido, eles disputam não só o título de *cristãos*, também partilhado com outras religiões, mas também o de *católicos*. Trata-se, portanto, de um modelo interdiscursivo de dois pólos: de um lado a Teologia da Libertação e de outro a Renovação Carismática Católica. Esses dois submodelos se constituem um em oposição ao outro. Por isso, os semas (ou operadores de individuação) de cada um deles estão organizados em duas classes complementares: os semas positivos, isto é, aqueles aceitos pelos dois discursos que constituem o espaço interdiscursivo; e os semas negativos, ou seja, aqueles que são rejeitados por um dos dois discursos. Como se trata de uma relação constitutivamente polêmica, há, conforme afirma Maingueneau (1984:67), *uma dupla repartição: cada pólo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo*. Dessa forma, os semas positivos do discurso da Teologia da Libertação serão recategorizados no registro

negativo do discurso da Renovação Carismática Católica. Da mesma forma, o discurso da TL racategorizará, com base no seu registro negativo, os semas tidos como positivos no discurso carismático. Vejamos, então, como se organizam esses dois submodelos semânticos.

5.1. O modelo do discurso da Teologia da Libertação

No discurso da Teologia da Libertação o principal sema é /Ação/. Esse sema se opõe ao sema /Alienação/. Nesse caso, a operação básica que constitui o submodelo do citado discurso está relacionada à seguinte oposição primitiva: /Ação/ vs /Alienação/. Essa oposição está presente nos dois eixos que organizam o espaço discursivo no qual a TL se constitui como posicionamento.

Vejamos como fica o submodelo semântico do discurso da TL:

Quadro 1 - Submodelo semântico do discurso da TL

Eixos semânticos primitivos	<i>MI+</i> /Ação/	<i>MI-</i> /Alienação/
Cristianismo	/Luta/	/Estagnação/
	/Libertação/	/Dominação/
	/Humano/	/Divino/
Catolicismo	/Base/	/Cúpula/
	/Resistência/	/Aceitação/
	/Igualdade/	/Hierarquia/

O discurso da Teologia da Libertação está em consonância com as regras que regem sua semântica, só que esta é, justamente, o inverso daquilo que está estabelecido nas regras que regem a semântica do discurso carismático. O fiador do discurso da TL é o *intelectual cristão*. Tal imagem de fiador está relacionada tanto ao sema /Ação/, quanto ao sema /Humano/. Trata-se de alguém que vive a dimensão humana de sua fé e que, por isso, tem sempre uma atitude de /Luta/ em favor do pobre e do oprimido. Esse fiador escreve textos relacionados a um universo intelectualizado. Por isso, os gêneros discursivos materializados nos textos produzidos pelos teólogos da libertação são aqueles que circulam entre os intelectuais: artigos científicos, *papers*, conferências, aulas. Assim, o enunciador do citado posicionamento é aquele que ministra aulas, profere conferências e escreve artigos para revistas especializadas. As *práticas* desse fiador também estão relacionadas à Igreja enquanto /Base/. Por isso, nos encontros da TL e das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) a *oração* se traduz na luta em favor do pobre e do oprimido, ou seja, na /Ação/. Assim, tudo deve caminhar em favor de uma coletividade. Nos encontros das comunidades de base, todos têm direito à palavra. As decisões são tomadas em plenária e os líderes da Igreja (padres e bispos) sentam-se junto com o povo. É o coletivo em oposição ao individual, a /Igualdade/ de condições em vez da /Hierarquia/. Em relação à intertextualidade, os textos citados (e citáveis) pelos teólogos da libertação são aqueles que retomam, em alguma medida, o tema da /Libertação/. Há uma “preferência” pelos textos do livro do Êxodo, que narra a libertação do Povo de Deus do cativo da Babilônia, e também dos Evangelhos que

tratam da preocupação de Jesus com os pobres e oprimidos, demonstrando assim uma tendência desse discurso em apresentar um Jesus /Humano/ em oposição à imagem de um Cristo /Divino/.

5.2. O modelo do discurso da Renovação Carismática Católica

Em relação ao discurso da Renovação Carismática, o principal sema é /Oração/. Esse sema não poderia se opor ao sema /Ação/ do discurso da Teologia da Libertação. Afinal, os carismáticos não defendem a substituição da ação pela oração, mas uma ação que se dá por meio da oração. Portanto, para se opor ao seu adversário no espaço discursivo, o discurso da RCC “cria” um simulacro do principal sema da TL. Dessa forma, a relação que resume o discurso da Renovação Carismática é materializada na oposição entre os semas: /Oração/ vs /Secularização/. Nesse caso, o sema /Oração/ está relacionado a Deus e, portanto, ao verdadeiro cristianismo e o sema /Secularização/ está relacionado à falta de espiritualidade e a conseqüente mundanização que, segundo o discurso carismático, “invadiu a sociedade atual”.

Vejamos, então, como fica o submodelo semântico do discurso da Renovação Carismática Católica:

Quadro 2 - Submodelo semântico do discurso da RCC

Eixos semânticos primitivos	<i>M2+</i> <i>Oração</i>	<i>M2-</i> <i>Secularização</i>
Cristianismo	/Espiritualidade/	/Mundanização/
	/Confiança/	/Descrença/
	/Céus/	/Terra/
Catolicismo	/Obediência/	/Desobediência/
	/Humildade/	/Auto-suficiência/
	/Hierarquia/	/Desordem/

Como visto, o discurso carismático confere ao seu fiador a imagem de um “homem de Deus”, ou seja, de alguém que vive em profunda intimidade com o mundo espiritual. Para tanto, entram em cena, na construção desse *ethos*, o sema /Espiritualidade/, pois trata-se da imagem de um fiador que busca estar mais perto de Deus e, conseqüentemente, do mundo celestial. Esse fiador é alguém que tem /Obediência/ às regras da Igreja Católica e que assume um *ethos* de /Humildade/, fazendo uso, inclusive, de uma linguagem mais “simples” e menos “rebuscada”. Essa imagem de evangelizador humilde e obediente está em consonância com uma cenografia profética e celestial. Os textos da RCC materializam a imagem de um fiador devoto e convicto de sua fé. Por isso, há nesses textos a simulação de uma pregação em praça pública. Dessa forma, no discurso carismático, todas as produções escritas e/ou orais, pertencentes aos mais diferentes gêneros, têm em comum o *tom* profético e exaltado. Em relação às *práticas* carismáticas, são comuns: valorização da Bíblia, devoção Mariana e veneração aos Santos da Tradição Católica. Além disso, há uma maior valorização dos Sacramentos, principalmente, a Eucaristia e a Confissão. Todos esses fatores são, na verdade, extensões do sema /Oração/. Ou seja, o posicionamento

carismático privilegia as práticas que estão, em alguma medida, mais ligadas ao mundo espiritual e, conseqüentemente, à vida de oração.

5.3. Quadro do modelo interdiscursivo de dois pólos

Quando confrontados, os dois quadros representam o modelo semântico que define a relação interdiscursiva estabelecida entre os discursos da Teologia da Libertação e da Renovação Carismática Católica. A seguir, apresento o quadro que resume os submodelos semânticos dos dois posicionamentos estudados ao longo deste trabalho:

Quadro 3 - Modelo Semântico do Espaço Discursivo representado pela inter-relação TL/RCC.

Posicionamentos	Modelo do discurso da Teologia da Libertação (TL)		Modelo do discurso da Renovação Carismática Católica (RCC)	
	<i>M1+</i> <i>Ação</i>	<i>M1-</i> <i>Alienação</i>	<i>M2+</i> <i>Oração</i>	<i>M2-</i> <i>Secularização</i>
Cristianismo	/Luta/	/Estagnação/	/Espiritualidade/	/Mundanização/
	/Libertação/	/Dominação/	/Confiança/	/Descrença/
	/Humano/	/Divino/	/Céus/	/Terra/
Catolicismo	/Base/	/Cúpula/	/Obediência/	/Desobediência/
	/Resistência/	/Aceitação/	/Humildade/	/Auto-suficiência/
	/Igualdade/	/Hierarquia/	/Hierarquia/	/Desordem/
Amor a Deus	/Coletividade/	/Individualismo/	/Intimidade/	/Distância/

Além dos eixos semânticos do “Cristianismo” e do “Catolicismo”, discutidos no tópico 5, há o eixo do “Amor de Deus”. Afinal, faz parte de qualquer prática religiosa, e conseqüentemente de qualquer discurso do campo religioso, a legitimação em relação ao “amor” dedicado pelos fiéis ao Deus que adoram.

O discurso da Teologia da Libertação entende o “amor a Deus” (ou a vivência desse amor) como algo que deve incidir sobre uma coletividade e que deve ser vivido por meio da relação com os menos favorecidos. No discurso da RCC, o “amor a Deus” é algo que precisa ser vivido com intensidade e de forma individual. Entretanto, o discurso carismático não defende o /Individualismo/. Esse sema é um simulacro do discurso da TL em relação aos seus adversários discursivos. Para a RCC, o sema que define a experiência com o amor de Deus no interior do discurso carismático é /Intimidade/.

Em síntese, os dois posicionamentos discursivos analisados, apesar de partilharem de um mesmo espaço discursivo (ou exatamente por isso), apresentam semânticas globais que se recusam mutuamente. O discurso da Teologia da Libertação só existe enquanto negação das regras que regem a semântica do discurso carismático. Trata-se de uma relação interdiscursiva em que a base da ligação entre os dois discursos materializados no espaço discursivo está na busca por legitimidade, bem como na “luta” pelo direito de “ser”, de “existir”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui apresentada não teve por pretensão esgotar todas as possibilidades de estudo desses dois posicionamentos. Procurei, tomando por base o trabalho de Maingueneau (1984), propor um quadro que sintetiza os principais operadores de individuação semântica em torno dos quais os discursos da Teologia da Libertação e da Renovação Carismática Católica se constituem. Para tanto, foi necessário apresentar as especificidades desses dois posicionamentos, verificando quais os diferentes aspectos que constituem suas respectivas semânticas globais. Afinal, são esses aspectos que tornam os posicionamentos analisados “únicos” no interior do espaço discursivo, mesmo que o sistema de restrições de cada um deles possa ser semelhante a outros sistemas de outros discursos. Em seu trabalho, Maingueneau (1984:75) chama atenção, justamente, para o fato de que as determinações sistêmicas apresentadas na análise da semântica global não anulam ou enfraquecem os condicionamentos históricos. Por isso, durante toda esta pesquisa o foco das análises esteve sobre a noção de *interdiscurso* e, conseqüentemente, sobre a relação entre *língua e história*.

Por fim saliento que, se esta pesquisa não tem como mérito ter feito uma grande descoberta científica (se é que essas ainda existem), espero que tenha, ao menos: 1) lançado alguma luz sobre estudos que priorizam a relação entre discursos e 2) apresentado uma análise do discurso religioso não apenas enquanto prática social, mas principalmente como prática discursiva. Se esses dois objetivos foram alcançados, já me dou por satisfeita. E sugiro àqueles que se interessaram pelo tema que encontrem outras formas de explorá-lo. Talvez com mais *rigor*, contudo sem esquecer da *flexibilidade* que, segundo Ginzburg (1986), deveria, ao lado do rigor, constituir toda e qualquer pesquisa científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

- ABIB, J. (1995). *Aspirai aos dons espirituais*. São Paulo: Editora Loyola.
- ANDRADE, P. F. C. de (1991). *Fé e eficácia: o uso da sociologia na teologia da libertação*. São Paulo: Loyola.
- BOFF, L. (1980). *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri.
- CANTALAMESSA, R. (1993). *Ungidos pelo Espírito Santo*. Trad. Maria S. Gonçalves e Adail U. Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- DE CERTEAU, M. (1980). *A invenção do cotidiano – Artes do fazer*. Petrópolis, Vozes, 2000, 7ª edição.
- FOUCAULT, M. (1972). “Retornar à história”. In: Motta, M. de B. (org.) (1994). *Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 282-295.
- GINZBURG, C. (1986). “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LÖWY, M.; GARCÍA-RUIZ, J. (1997). *Les sources française du christianisme de la libération au Brésil*. Archives de Sciences Sociales des Religions, pp. 9-32.

- MAINGUENEAU, D. (1984). *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- _____. (1987). *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 1997, 3ª edição.
- _____. (2005). "L'analyse du discours et ses frontières". In: *Marges Linguistiques*. n° 9. M.L.M.S éditeur. Saint-Chamas.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas". In: Gadet, F.; HAK, T. (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Péricles Cunha. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- SOARES, C. G. (2000). *Teologia da Libertação no Brasil – aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas, IFCH/UNICAMP.